

working paper



6<sup>th</sup> International  
Conference of the  
BRICS Initiative for  
Critical Agrarian  
Studies

The multinational Vale S/A and the  
territorial impacts of the mining  
megaproject in Moatize – Mozambique The  
multinational Vale S/A and the territorial impacts of the mining megaproject in  
Moatize – Mozambique neoextrativism and accumulation by spoliation

**WHITACKER; Guilherme Magon**



The multinational Vale S/A and the territorial impacts of the mining megaproject in Moatize - Mozambique neoextrativism and accumulation by spoliation

By WHITACKER, Guilherme Magon

Universidade Estadual Paulista - UNESP, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais - IPPRI.

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe.

Bolsista FAPESP. Processo nº 2017/08847-3

*Published by:* BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies (BICAS)

*in collaboration with:*

Universidade de Brasília - UnB  
Brasília, Brazil

*Website:* <http://www.unb.br/>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre, Brazil

*Website:* [www.ufrgs.br/](http://www.ufrgs.br/)

Universidade Estadual Paulista - UNESP  
São Paulo, Brazil

*Website:* [www.unesp.br](http://www.unesp.br)

College of Humanities and Development  
Studies  
China Agricultural University, Beijing, China

*E-mail:* [yejz@cau.edu.cn](mailto:yejz@cau.edu.cn)

*Website:* <http://cohd.cau.edu.cn/>

Institute for Poverty, Land and Agrarian  
Studies (PLAAS)

University of the Western Cape  
Cape Town, South Africa

*E-mail:* [info@plaas.org.za](mailto:info@plaas.org.za) *Website:*  
[www.plaas.org.za](http://www.plaas.org.za)

International Institute of Social Studies  
The Hague, The Netherlands

*E-mail:* [information@iss.nl](mailto:information@iss.nl) *Website:*  
[www.iss.nl](http://www.iss.nl)

Future Agricultures Consortium  
Institute of Development Studies, University  
of Sussex, England

*E-mail:* [info@future-agricultures.org](mailto:info@future-agricultures.org)

*Website:* <http://www.future-agricultures.org/>

The Russian Presidential Academy of  
National Economy and Public Administration  
- RANEPA

Moscow, Russian Federation

*E-mail:* [information@ranepa.ru](mailto:information@ranepa.ru) *Website:*  
[www.ranepa.ru](http://www.ranepa.ru)

Transnational Institute  
The Netherlands

*E-mail:* [tni@tni.org](mailto:tni@tni.org) *Website:* [www.tni.org](http://www.tni.org)

Terra de Direitos  
Curitiba, Brazil

*E-mail:*

[terradedireitos@terradedireitos.org.br](mailto:terradedireitos@terradedireitos.org.br)

*Website:* [terradedireitos.org.br](http://terradedireitos.org.br)

©Brasília, UnB, November/2018 All rights reserved. No part of this publication may be reproduced or transmitted in any form or by any means without prior permission from the publisher and the author.

## Resumo

A extração de recursos naturais acontece desde a assim chamada acumulação primitiva, para, dentre outros motivos, suprir a necessidade humana de energia. Assim, compreender a energia enquanto produto, resultante de ações que modificam determinada matéria transformando a mesma em recurso natural, nos permite compreender, também, a mercantilização da natureza e as relações espaciais e territoriais empreendidas por multinacionais relacionadas ao setor energético para garantir o desenvolvimento sustentável do próprio modo de produção capitalista. Esse conceito - desenvolvimento sustentável - é fundamental para compreender o neoextrativismo como estratégia neoliberal em criar novos espaços de acumulação e reprodução de capitais por meio da acumulação por espoliação, processo esse que vêm acentuando o desenvolvimento desigual, a fragmentação territorial e os enclaves econômicos gerando novas formas de uso dos territórios a partir da mobilidade espacial de capitais estrangeiros a partir da produção de commodities minerais. A partir desta conjuntura é que propomos a apresentação deste artigo sobre o *neoextrativismo e a acumulação por espoliação de terras em Moçambique* gerados a partir da Vale S/A.

**Palavras chave:** Vale S/A; Neoextrativismo; Acumulação por Espoliação; Desenvolvimento Sustentável; Território

## Abstract

The extraction of natural resources happens from the so-called primitive accumulation, to, among other reasons, supply the human need for energy. Thus, understanding energy as a product, resulting from actions that modify a particular matter and transforming it into a natural resource, allows us to understand, also, the commodification of nature and the spatial and territorial relations undertaken by multinationals related to the energy sector to guarantee sustainable development of the capitalist mode of production itself. This concept - sustainable development - is fundamental to understand neoextractivism as a neoliberal strategy to create new spaces for accumulation and reproduction of capital through accumulation by spoliation, a process that has accentuated the uneven development, territorial fragmentation and economic enclaves, generating new forms of territorial use based on the spatial mobility of foreign capital from the production of mineral commodities. From this juncture we propose the

presentation of this article on neoextrativism and accumulation by spoliation of lands in Mozambique generated from Vale S/A.

### **Keywords**

keywords; Vale S/A; Neoextrativismo; Território; Acumulação por Espoliação; Desenvolvimento Sustentável

### **Acronyms**

ABCM - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CARVÃO MINERAL

CEBDS - CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

NERA - NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS EM REFORMA AGRÁRIA

OMR - OBSERVATÓRIO DO MEIO RURAL

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

WBCSD - CONSELHO EMPRESARIAL MUNDIAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

## I. Introdução

Na década de 1970, um evento potencialmente danoso, colocou em risco a estabilidade econômica e política causando alardes mundiais: o embargo promovido pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) ao Ocidente debilitou o consumo de energia e desestabilizou os mercados financeiros mundiais, incrustando na balança de poderes uma nova intempérie na reprodução do modo de produção capitalista expondo este à falta de matéria prima para garantir sua reprodução. Neste momento instaurou-se uma crise no mercado mundial e foi exposta a fragilidade da indústria de base capitalista frente à dependência de recursos de potencial energético, por seu valor de uso.

A partir daí foi necessário criar condições legais e institucionais para a materialização de uma nova proposta de modelo de desenvolvimento que levasse em consideração a questão da preservação de recursos naturais a partir da lógica que revela a dependência do modo do produção capitalista frente aos mesmos e, nessa conjuntura, grupos empresariais demarcaram o adjetivo sustentável em suas atividades a partir, principalmente, da década de 1990, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro (ONU, CMMAD, 1992) e, posteriormente, com a criação, por exemplo, Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD) e, Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), isto nos permite relacionar o desenvolvimento sustentável enquanto uma das alternativas de enfrentamento a crises a partir do apelo ideológico que diversas multinacionais relacionadas a mineração fazem por meio de suas práticas discursivas, sendo que, estas mesmas multinacionais ligadas aos grupos supra citados, estão entre as maiores predadoras de recursos naturais e sociais<sup>1</sup> (WHITACKER, 2017).

A partir deste raciocínio inicial, alertamos que, estudos geográficos – e outros – sobre o desenvolvimento sustentável devem estar inseridos no contexto de um processo maior, no qual a dialética da mobilidade espacial de capitais permite a produção de novos espaços de reprodução, no sentido proposto por Harvey (2005), do modo de produção capitalista, que se apresenta com tendência mundial, isso porque, tal procedimento permite a superação do idealismo empírico, da fragmentação teórica e da pouca concretude histórica e geográfica que alguns trabalhos acadêmicos expõem sobre esse conceito.

Tendo em vistas essa superação, fizemos uso de uma linha de pensamento reflexiva e crítica, ancorados em uma perspectiva teórica materialista e dialética que consideramos necessária à interpretação desta fração da realidade que se apresenta demasiada complexa, onde o acelerar dos tempos e o tropel dos eventos dilui o conhecimento científico e fortalece a exterioridade dos fatos, o que permite que pesquisas geográficas não atentas a estes fatos estimulem a produção de determinado conhecimento científico fragmentado.

Os procedimentos metodológicos aqui utilizados incluem, além de revisão bibliográfica, a apresentação preliminar da pesquisa de campo realizada em Moçambique, especificamente, no distrito de Moatize, aonde se localiza o megaprojeto neoextrativista da multinacional Vale S/A, e nos reassentamentos 25 de setembro e Cateme, ambos criados pela Vale S/A. Destes, dividimos o artigo em três partes para melhor apresenta as relações propostas. Das definições e relações sobre matéria, recursos e poder, e suas implicações sobre os usos dos territórios, elencamos a

<sup>1</sup> Para exemplificar, apenas entre o CEBDS, estão multinacionais como: ALCOA; AMAGGI; ARCELOR MITTAL; FIBRIA; MONSANTO; NESTLÉ; PHILIP MORRIS BRASIL; SUZANO e VALE, dentre outras.

questão energética como crucial para compreendermos as relações Geopolíticas que envolvem megaprojetos mineradores e apresentamos a Vale S/A e os impactos territoriais do megaprojeto de extração de carvão mineral em Moatize a partir do trabalho de campo realizado em Moçambique em 2018. Como conclusões preliminares, tendo em vistas que esta pesquisa não se encerra com a apresentação deste trabalho, denunciemos a multinacional Vale S/A como uma empresa que, fazendo uso do apelo humanitário do desenvolvimento sustentável, destrói a vida em todos os sentidos que essa palavra significa.

## 1. Matéria, recursos e poder

Na complexidade do processo evolutivo epistemológico da Geografia surgem variados temas como as questões que decorrem da expansão e do poder resultante de megaprojetos mineradores voltados a recursos naturais estratégicos e seus impactos territoriais. A questão energética, transpassada a Geografia, permite estudos que contemplem a esfera de uma *Geopolítica dos recursos naturais*, isto porque, conforme escreveu Raffestin (1993) “*Toda relação com a matéria é uma relação de poder que se inscreve no campo político por intermédio do modo de produção*” (RAFFESTIN, 1993, p. 225). Deste, temos o fato de que a crescente valorização e controle de recursos naturais estratégicos possuem uma conotação Geopolítica na medida em que há abundância em alguns espaços e escassez em outros, o que deflagra um potencial de conflito e conflitualidade no sistema internacional pelo controle, uso e posse de determinados recursos naturais, em especial, aqueles de potencial energético (WHITACKER, 2015).

É necessário, inicialmente, visitar os significados de dois conceitos de particular interesse para nossos estudos antes de serem relacionados a questão do poder, quais sejam: matéria e recursos naturais. Sabe-se que toda produção prescinde da combinação de três elementos básicos sem os quais não é possível obter os resultados esperados: matéria, técnica e trabalho. Estes três fatores, quando articulados, geram produtos que podem atender as necessidades humanas. Neste momento, nos restringimos a análise do conceito de matéria tendo em vistas demonstrar como essa adquire a condição de recurso natural e, a partir daí, possibilita relações de poder pelo valor de uso adquirido.

Consideramos por matéria a base física a partir da qual outro elemento é gerado. Essa definição, ainda que delimitada frente aos campos epistemológicos da Química, da Física e da Filosofia, nos permite proceder uma análise da essência recuando na identificação do conceito. Tal recuo, porém, só é possível até um certo limite, sendo esta a condição que nos salvaguarda de um regresso ao infinito na investigação das causas que abarcariam estudos em outras áreas das ciências. Sendo assim, consideramos, por exemplo, o carvão mineral, em sua essência, como matéria. Na Geografia, Pierre George publicou em 1956 a obra *Geografia Econômica* (GEORGE, 1980). Neste clássico, o autor indica que:

A expressão matéria-prima significa o conjunto das substâncias brutas necessárias à elaboração, pelo trabalho industrial, dos objetos fabricados. Cada séria industrial específica – indústria metalúrgica, têxtil, alimentar – tem suas matérias-primas próprias. [...] A definição e a lista enumerativa das matérias-primas complicaram-se, no decorrer dos últimos 50 anos [...]. Ao mesmo tempo que se alonga a lista dos produtos indispensáveis às indústrias, complica-se a noção de matéria-prima, pois a diferenciação dos produtos semimanufaturados desempenha o papel de matérias-primas para

numerosas indústrias diferenciadas, a partir de produtos como a madeira, polpas vegetais, carvão, petróleo, gás natural (*sic*, GEORGE, 1980, p. 110).

Para George (1980), a problemática em torno da definição de matéria prima decorre do reconhecimento de que, com o avanço das indústrias químicas novos produtos puderam ser fabricados a partir de uma mesma matéria, como o carvão que, independente de seu potencial energético, constitui base para subprodutos através do processo de gaseificação<sup>2</sup>. Existe, então, uma diversificação no uso da matéria a partir do trabalho e aperfeiçoamento técnico, o que, a nosso ver, não implica na definição de matéria prima, mas sim amplia sua qualificação devido ao valor de uso e potencialidades de utilização. Claude Raffestin contribui para o entendimento e nos permite a relação aqui pretendida. Para Raffestin (1993):

A matéria (ou substância), encontrando-se na superfície da terra ou acessível a partir dela, é assimilável a um "dado", pois preexiste a toda ação humana. Nesse sentido, ela equivale ao espaço, que já analisamos. A matéria é um dado puro, na exata medida em que resulta de forças que agiram ao longo da história da terra sem nenhuma participação ou intervenção do homem. A matéria não é, de início, a consequência de uma prática, mas é oferecida à prática e, desde então, se torna um vasto campo de possibilidades. "Possibilidades" dentre as quais apenas algumas se realizarão, por meio de um objetivo intencional (conhecimento e prática), que desempenhará o papel de filtro seletor. O caso-limite, que não é o mais raro, é o da criação, a partir de elementos, de matérias que não existem tal como são na natureza. Essas matérias podem ter uma utilidade imediata ou permanecer como curiosidades (RAFFESTIN, 1993, p. 223, *aspas no original*).

Toda matéria é caracterizada por propriedades cujo valor de uso dependerá da relação que os seres humanos mantiverem com ela. É efetivamente o trabalho humano que desvenda as propriedades da matéria que são, assim, resultado de um processo analítico e empírico, portanto, uma prática, técnica aplicada a determinada matéria, não é estável, mas sim, evolui, ao mesmo tempo, no espaço e no tempo (RAFFESTIN, 1993). Ilustrando o raciocínio com a questão energética, temos que, o carvão, durante muito tempo, não passou de uma matéria inerte, como outra qualquer, sem nenhum tipo de valor até que passou a ser manipulado por técnicas que revelaram sua viabilidade e potencialidade energética.

Combustível em várias regiões europeias medievais, o carvão é hoje uma matéria prima da indústria química contemporânea. Entre a Idade Média e o século XIX, a quantidade das propriedades do carvão foi crescendo, pela evolução das práticas do qual é objeto. Por essa razão, seria possível afirmar que a matéria "carvão" é atualmente conhecida em todas as suas propriedades? Não, se admitirmos que as práticas que o integram ainda vão evoluir. De fato, por ocasião de novas práticas, outras propriedades podem aparecer. Assim, o homem não esgota nenhuma realidade material, a menos que se suponha uma estagnação definitiva de suas práticas. Essa hipótese é admissível local e temporariamente, mas não definitiva e genericamente (RAFFESTIN, 1993, p. 224).

Pode-se, pois, compreender que o conhecimento a cerca das propriedades materiais é resultado acumulativo das práticas e dos conhecimentos humanos. Sem a prática, a matéria permanece elemento puro, inerte. Sem a prática, a matéria não é desvendada como campo de

<sup>2</sup> Processo que envolve reações termoquímicas de um combustível sólido, como o carvão, na presença de oxigênio e vapor de água com a finalidade de formar gases que podem ser usados para síntese de produtos químicos e produção de combustíveis líquidos (ABCM, 2018).

possibilidades e nenhum tipo de valor pode ser atribuído a mesma, portanto, não suscita, de maneira nenhuma, relações de poder: sem prática, nenhuma relação, nenhuma relação com a matéria e, portanto, nenhuma produção. Disso concluímos que, matéria, é a coisa inerte, ao menos aos olhos humanos, que, em nenhum momento, pode ser considerada como essencial a produção humana, a não ser em um período posterior a sua transformação em algo capaz de adquirir valor de uso, ou seja, recurso. Vejamos, pois, o conceito de recurso natural. Raymond Aron, autor clássico do realismo político das Relações Internacionais, traz-nos uma definição bem consistente acerca deste conceito:

[...] entendo por recursos o conjunto dos meios materiais de que dispõe as coletividades para assegurar sua subsistência. Quando os homens são escravos, isto é, quando são tratados como objetos, eles fazem parte dos recursos de um país. Mas, em todos os outros casos, são sujeitos da atividade que transformam as coisas em bens; quer dizer que servem para satisfazer as necessidades ou os desejos. O conceito de recurso cobre um campo muito amplo, desde o solo e o subsolo até os alimentos e os produtos manufaturados. Engloba, de certo modo, as realidades a que se referem as duas noções anteriormente estudadas: o espaço e o número. A relação entre o espaço e o número depende dos recursos: do meio natural (as coisas) e da capacidade de utilizá-lo; capacidade que por sua vez depende do conhecimento dos homens e da eficácia da ação coletiva (ARON, 2002, p. 325).

Para a economista Ana Esther Ceceña, um recurso pode, ainda, ser considerado estratégico em função de determinados aspectos: da essencialidade, como a geração de energia; da massividade, elementos massivamente utilizados, que não podem ser retirados do processo de produção, sendo considerados essenciais ao sistema devido ao volume consumido na produção e segundo sua participação na acumulação de capital; da vulnerabilidade, que refere-se à disponibilidade do mineral, seu grau de suficiência global, sua quantidade de reservas presentes no mundo, sua localização geográfica e as condições de pureza em que são encontrados, no qual pode ser combinado com várias condições técnicas e sociais que determinam o seu valor; e da escassez, em que a reduzida quantidade de reservas mundiais intensifica o fator competição e disputas no sistema internacional (CECEÑA, 1995). Logo, um recurso natural estratégico:

[...] es aquel que es clave en el funcionamiento del sistema capitalista de producción y/o para el mantenimiento de la hegemonía regional y mundial (RAMOS, 2010, p.32);  
[...] that is both essential in use (difficult to substitute away from) and subject to some degree of supply risk (KLARE, 2012, p.166);  
[...] quando ele passa a ser escasso e potencialmente vital para o desenvolvimento de atividades econômicas, uma vez que o componente conflitivo da geopolítica dos recursos naturais acontece em função da assimetria natural de sua dotação. (SENHORAS; MOREIRA; VITTE, 2009, p.32).

A expressão recursos naturais é controversa, mas, para nossos propósitos argumentativos, propomos uma interpretação que segue sua historicidade, assim, assumimos o risco e propomos uma interpretação relativamente simples e afora de qualquer tipo de romantismo. Consideramos que os recursos naturais são, para a humanidade, uma questão de utilidade e quantidade, e não, portanto, uma força em si mesma. A finalidade de procurar conhecer as leis autônomas dos recursos naturais é sujeitá-los às necessidades humanas como objetos de consumo ou meios de produção. Toda a história da humanidade nos serve de exemplo para tal

afirmação. A abordagem que historiciza a natureza – recursos naturais – é característica não somente nas obras de Karl Marx, mas também de Nikolay Ivannovich Bukharin, de Gyorgy Lukács e de Antonio Gramsci, por exemplo. Assim, o conceito de recursos naturais é uma construção social, que pode até ser tratada como categoria social. Tudo o que é considerado recurso, em qualquer estágio do desenvolvimento das sociedades, revela a forma como a relação entre a sociedade e a natureza ocorreu por meio da formação socialmente constituída de percepção da mesma na forma de recurso.

Assim, os recursos naturais são elementos que provêm de forças antrópicas que o ser humano pode utilizar para satisfazer suas necessidades e que, na atualidade, adquirem um perfil Geopolítico quando se tornam artefatos ou campos de atração e gravitação da intervenção humana para exploração sistemática (SENHORAS; MOREIRA; VITTE, 2009, p.3) principalmente, aqueles considerados como estratégicos, como os de potencial energético.

Das maneiras como o conceito de recursos naturais são apresentadas, chama a atenção o fato de que estas indicam a questão do valor adquirido por determinada matéria após a intervenção humana. Portanto, todo recurso é relacional e produto de uma relação. A partir daí, não há recursos naturais, só matérias naturais. Estaríamos enganados em pensar que se trata de um problema qualquer de semântica. Trata-se de algo bem diferente e, sobretudo, bem mais do que isso: é uma concepção histórica e geográfica da relação com a matéria que cria o estado da arte da *Geopolítica dos Recursos Naturais*, isto porquê, os recursos, não são naturais. Sem intervenção externa uma matéria permanece aquilo que é. Um recurso, ao contrário, na qualidade de produto, no momento em que adquire valor de uso, pode evoluir constantemente, pois o número de proprietários correlativos às classes de utilidades pode crescer.

Desta breve aproximação sobre os conceitos de matéria e recursos naturais, lembramos que, a Geopolítica, na atualidade, tende a privilegiar não apenas os estudos referentes ao Estado como também aqueles que dizem respeito a outros sujeitos que influem na arena internacional de acumulação e reprodução de capitais, como a multinacional Vale S/A que atua, hoje, com megaprojetos de mineração em todos os continentes desafiando a coesão territorial, fato que concorre para a fragmentação política e demonstra suas relações de poder. Para Peet (2007), no período atual faz-se necessário conceber uma Geografia do Poder para entender as assimetrias existentes entre os diferentes agentes:

Poder significa controle, por uma pessoa ou uma instituição, sobre as mentes, meio de subsistência e as crenças dos outros. O poder se acumula em sistemas. Com o termo "geografia do poder" refiro-me à concentração de poder em alguns espaços que controlam o mundo de outros a distância. Meu argumento é de que um novo tipo de sistema de poder econômico emergiu no cenário mundial. O poder tem sido cada vez mais acumulado no nível global [...] (PEET, 2007, p. 35, aspas no original)

Relacionando a questão da produção de energia com o poder que os megaprojetos de mineração energética empreendidos pela Vale S/A determinam sobre governos locais temos que: “*O poder original do homem se revela por intermédio do aparecimento das propriedades da matéria, que correspondem, para o homem, às classes de utilidade*” (RAFFESTIN, 1993, p. 225). Disso temos uma afirmação que revela que o homem não se interessa pela matéria como massa inerte indiferenciada, mas na medida em que ela possui propriedades que correspondem a utilidades e que permitem a acumulação de valor de uso. Nessas condições, não é a matéria que é um recurso. Esta, para ser qualificada como tal, só pode ser o resultado de um processo de

produção:

[...] é preciso um ator (A), uma prática ou, se preferirmos, uma técnica mediatizada pelo trabalho (r), e uma matéria (M). A matéria só se torna recurso ao sair de um processo de produção complexo, que se pode formular de maneira rudimentar: ArM P (conjunto de propriedades ou recurso) (RAFFESTIN, 1993 p. 225).

Essa maneira de conceber os recursos naturais a partir de processos cognitivos e produtivos revela também que estes são objetos determinados a realizar funções nos processos produtivos. A proposta desenvolvida por Raffestin (1993) – ArM-P – explicita o caráter relacional dos mesmos. A relação que faz surgir um recurso não é puramente instrumental, mas também política, no sentido de que é um produto coletivo e, portanto, derivado de relações de poder pois determinada matéria interessa a diferentes sujeitos econômicos e políticos e o acesso a mesma é modificado de acordo com as exigências de determinado modo de produção em relação a suas intenções desenvolvimentistas. Portanto, toda relação com a matéria, para transformá-la em recurso natural, é uma relação de poder que se inscreve no campo político por intermédio do modo de produção que interfere nos territórios aonde as mesmas se localizam. Seguindo a lógica de Raffestin (1993), um recurso só existe em função de uma prática representada por um agente capaz de mobilizar uma técnica e é por este processo que ocorrem as interferências territoriais.

A tecnicidade pode se definir como o conjunto das relações que o homem, enquanto membro de um grupo, mantém com as matérias às quais pode ter acesso. A tecnicidade, em relação à matéria, é o apêndice da territorialidade, é até mesmo um subconjunto da territorialidade. Da mesma forma que a territorialidade, a tecnicidade de uma sociedade pode ser simétrica ou dissimétrica. Uma tecnicidade simétrica se caracteriza por relações não destrutivas do meio material, enquanto uma tecnicidade dissimétrica será caracterizada por relações destrutivas do meio material (RAFFESTIN, 1993, p. 227).

Para retomar o exemplo do carvão, se as técnicas, durante o período da Primeira Revolução Industrial, não tivessem melhorado a relação entre a produção de energia nas caldeiras e a quantidade de carvão disponível para o funcionamento das mesmas, certamente não teriam podido encontrar um abastecimento suficiente. A tecnicidade empregada teria sido destrutiva das reservas, fato este que, na atualidade, devido a grande e crescente demanda por energia e disponibilidade de reservas de carvão mineral, como a de Moatize, revela a dissimetria da tecnicidade atual que reflete diretamente no desenvolvimento desigual que vai se materializar, justamente, nos territórios dos megaprojetos mineradores.

## **2. Energia: causa, e resposta, de questões Geopolíticas.**

A partir destas observações, podemos entender que as mudanças que se verificam na atual ordem econômica e política internacional, tais como os megaprojetos envolvendo multinacionais, cartéis de transporte e Estados, e tantas outras formas de controle e demanda de energia, permitem que os estudos referentes à Geopolítica sejam ampliados, uma vez que a relação entre espaço e poder está no cerne da Ciência Geográfica (LACOSTE, 2012), assim temos que, Moatize, se torna um dos territórios do espaço global da *Geopolítica dos recursos naturais*.

Outra característica dos estudos Geopolíticos atuais é a opção por uma abordagem plural

para a compreensão dos fenômenos relacionados com os conflitos e com aquilo que Fernandes (2008) denomina de conflitualidade, ou seja, o estado permanente de conflitos, bem como a redescoberta das escalas regionais e locais (CASTRO, 2005, p. 24). Assim, territórios camponeses, bem como a escala do Estado nacional, continuam sendo fundamentais nos estudos Geopolíticos, porque, primeiro, os territórios camponeses são, na maioria das vezes, os mais fragilizados frente ao poder das mineradoras e, segundo, nas relações internacionais, o Estado é ainda importante agente na organização territorial mundial (SMITH, 1996). No entanto, as ações políticas de diferentes sujeitos atingem os territórios engendrando novas dinâmicas em âmbito local e regional. Logo essas escalas geográficas não podem ser negligenciadas pela Geopolítica.

Desencadeia-se, assim, uma corrida pelo monopólio dos territórios, pois as matérias primas estratégicas são recursos naturais geograficamente situados (CECENÑA, 2006) e, estes fatos, permitem considerar que, de acordo com Raffestin (1993), a concepção espacial e territorial de agentes econômicos e políticos hegemônicos, como a Vale S/A, aplique uma concepção limitada de território, considerando apenas sua dimensão material, o que acaba por transformar o próprio território em recurso a ser dominado. Nesse sentido, o território usado se aproxima daquela concepção apresentada por Santos (2000) de território como recurso “[...] mediante a seletividade dos investimentos econômicos que gera um uso corporativo do território” (SANTOS, 2000, p. 6).

Dedicando atenção ao ponto central desse item, lembramos que Smith (2009) escreveu que estamos vivendo um período no qual o núcleo da relação entre a sociedade e a natureza está sendo transformada. Consideramos que esta formulação expressa que os recursos naturais estratégicos se tornaram espaços de acumulação da capital, e, deste modo, podemos considerar que assim como o trabalho, os recursos naturais passaram da subsunção formal para a real subsunção ao modo de produção capitalista, seguindo o mesmo raciocínio de Marx (2013):

[...] o modo de produção capitalista se apresenta, por um lado, como uma necessidade histórica para a transformação do processo de trabalho num processo social, essa forma social do processo de trabalho se apresenta, por outro lado, como um método empregado pelo capital para explorá-lo de maneira mais lucrativa (MARX, 2013, p. 410).

Ou seja, de acordo com Smith (2009) os recursos naturais estratégicos foram transformados pelos capitalistas em espaço de acumulação financeira expresso, de maneira nítida, no momento histórico do novo imperialismo (HARVEY, 2005), no qual multinacionais – sem diminuir o papel dos estados nacionais – funcionam como instituições reguladoras da atividade econômica, como é o caso da Vale S/A, ao propor regulações a países aonde atua utilizando o argumento de cooperação para o desenvolvimento sustentável.

For these and other environmental capitalists nature has indeed become a new frontier, and not unlike earlier ‘frontiers’, that frontier became almost instantaneously financial. An ‘environmental derivatives’ market very quickly sprang up whereby ecological credits are bundled together and sold in bulk to speculative financiers banking on the increased price of already established credits. (SMITH, 2009, p. 5, *aspas no original*).

Deste modo, compreendemos que é justamente este poder econômico e político que multinacionais possuem de fazer investimentos diretos em países periféricos ao controle do capitalismo internacional que asseguram o desenvolvimento desse modo de produção e este processo tem alterado profundamente a relação entre a sociedade e a natureza. Consciente disso,

Smith (2009) elabora um paralelo com a subsunção do trabalho, conforme Marx (2013) formulou, para distinguir a transição da subsunção formal para subsunção real dos recursos naturais.

With the formal subsumption of nature, capital accumulation is facilitated predominantly by a continual expansion in the conversion of extracted material into objects of production. More and more oil and wood, cotton and coal are extracted for production. Colonialism functioned as a primary strategy for, among other things, this formal subsumption of nature (SMITH, 2009, p.13).

A subsunção formal dos recursos naturais ocorreu no momento em que os agentes capitalistas passaram a ter o controle sobre a exploração dos mesmos nos mais distintos territórios. Já em relação à transição para subsunção real da natureza:

The transformation to real subsumption is marked not simply by an intensification of this dependence of capital accumulation on nature. Rather, a two-sided shift takes place. First, while capital has always circulated through nature, whether in agricultural production or in land 'improvement' of myriad kinds, the real subsumption of nature not only intensifies this circulation but transforms it from an incidental effect of capital accumulation to an intended strategy: what were once unintended consequences become strategic goals. The production of nature becomes capitalized 'all the way down'. Second, the reverse process, namely the circulation of nature through capital, is similarly transformed from an incidental to a strategic process (Smith, 2009, p.13).

A diferença entre a subsunção formal e real é explicada: quando da subsunção formal da natureza os agentes capitalistas controlavam os recursos naturais e os territórios como uma necessidade de produção, já com a subsunção real, tais agentes passam a (re)produzir natureza(s), na forma de produtos dos mais variados, como a energia, para sustentar a reprodução do modo de produção capitalista. Assim, o neoextrativismo, entendido aqui a partir da definição proposta por Gudynas (2016) e Acosta (2018), ou seja, um extrativismo que comporta a inserção de países periféricos na economia política internacional mundializada, permite a subordinação de determinados países pela sua funcionalidade em relação a oferta de determinados recursos naturais estratégicos.

Para além da propriedade desses recursos reproduzem-se normas para o funcionamento dos processos produtivos voltados a competitividade do mercado internacional no qual existe uma maior presença do Estado, tanto com ações diretas como indiretas, para viabilizar determinados megaprojetos mineradores. A partir dessa postura nacionalista e desenvolvimentista busca-se, principalmente, maior acesso e controle por parte de multinacionais e governos locais sobre recursos naturais estratégicos.

Esse raciocínio, transposto a Geografia, nos permite uma proposta inicial de conceituação geográfica do neoextrativismo por meio por meio de duas categorias geográficas que consideramos pertinente, quais sejam: escala e território. A escala de atuação de multinacionais voltadas ao neoextrativismo transpassa barreiras físicas e intensifica o antigo modelo extrativista pelo poder técnico empregado nos megaprojetos; por sua vez, o território perde sua identidade quando os sistemas técnicos são implementados e permite a análise dos megaprojetos pelos distintos usos dos territórios, onde a fragmentação territorial é o principal elemento resultante desses megaprojetos, ou seja, representam aquilo que escrevemos anteriormente sobre o território usado por agentes hegemônicos e desconsideram outra concepção sobre o uso dos territórios, a de território como abrigo para os agentes hegemônizados, aonde os

dominados valorizam o território enquanto garantia de sua sobrevivência cotidiana (SANTOS, 2000).

Assim, compreender a energia enquanto produto, resultante de ações que modificam determinada matéria a transformando em recurso natural (RAFFESTIN, 1993), nos permite entender, também, as relações espaciais e territoriais empreendidas por multinacionais relacionadas ao setor energético e, é neste sentido que compreendemos a Vale S/A, *objeto* de análise no presente estudo pelo seu potencial de interescolaridade, que permite a materialidade de projetos em distintos países e em distintas escalas e, ainda, pela utilização do discurso ideológico do desenvolvimento sustentável – nosso *tema* de estudo central. Esta compreensão nos permite utilizar o *território* como *categoria analítica*, pois neste reconhecemos o lócus de conflitos e conflitualidade pelo uso, posse e controle de recursos naturais estratégicos de potencial energético, base fundamental para garantir o desenvolvimento sustentável do próprio modo de produção capitalista.

A questão sobre a utilização do conceito desenvolvimento sustentável por multinacionais mineradoras revela a materialidade de um momento onde o modo de produção capitalista apresenta seu caráter de mutabilidade de tal forma que muitos deixam passar despercebido que a própria criação desse conceito visa o aprofundamento da mercantilização de matérias primas em diversos setores industriais, pois faz parte da lógica do capitalismo transformar em mercadoria tudo aquilo que está ao seu alcance e, sobretudo, aquilo que fornece sua capacidade de reprodução e circulação, energia. Razões estas suficientes para que, sob o signo da chamada mundialização do modo de produção capitalista, os recursos energéticos cintilem como centro de atenções a nível planetário.

Debaixo da ordenação do processo de acumulação, o capitalismo, como um modelo de produção deve-se expandir continuamente para sobreviver. [...] Para este fim, o capital se volta para a superfície do solo em busca de recursos naturais; a natureza torna-se um meio universal de produção, de modo que ela não somente provê o sujeito, o objeto e os instrumentos de produção, mas ela é em sua totalidade um acessório para o processo de produção (SMITH, 1988, p. 88).

Dentro dessas circunstâncias de racionalidade instrumental capitalista, consideramos o controle sobre determinadas matérias primas elemento basilar: “*Não basta, pois, produzir. É indispensável pôr a produção em movimento. Em realidade, não é mais a produção que preside à circulação, mas é esta que conforma a produção*” (SANTOS, 2009, p. 275). Mas, por que ocorre essa mercantilização e, como? Em relação ao por que é necessário compreender as propriedades de mercadoria existentes nos recursos. Para Marx (2013), a mercadoria é “[...] *antes de tudo, um objeto externo que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer*” (MARX, 2013, p. 113) e “*Toda coisa útil deve ser considerada sob um duplo ponto de vista: o da qualidade e da quantidade*” (MARX, 2013, p. 113). Isso permite considerar que toda mercadoria possui pelo menos duas dimensões, externa e interna. A dimensão externa seria aquela como a mercadoria se apresenta no mundo de maneira concreta (quantidade) tendo em vista atender as necessidades humanas, ao que ele chamou de valor de uso.

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Mas essa utilidade não flutua no ar. Condição pelas propriedades do corpo da mercadoria [Warenkörper], ela não existe sem esse corpo. Por isso, o próprio corpo da mercadoria, como ferro, trigo, diamante etc., é um valor de uso ou bem. Esse seu caráter não depende do fato de a apropriação de

suas qualidades úteis custar muito ou pouco trabalho aos homens. Na consideração do valor de uso será sempre pressuposta sua determinidade [Bestimmtheit] quantitativa (MARX, 2013, p. 114).

Por sua vez, a dimensão interna seria a que torna todas as mercadorias equivalentes (qualidade) e que Marx chamou de valor de troca (MARX, 2013). Para que as mercadorias possam ser trocadas entre si, é necessário encontrar algo em comum entre elas e reduzir todas elas a esse elemento, o valor. Algo que não está expresso diretamente, mas contido nela e, para Marx (2013) é o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir um valor de uso qualquer em condições dadas de produção socialmente normais e com grau social médio de habilidade e intensidade do trabalho que desnuda o valor. Neste contexto estão os recursos naturais estratégicos de potencial energético, pois esses são algo duplo: “[...] *objetos úteis e, ao mesmo tempo suportes de valor. Por isso, elas só aparecem como mercadoria ou só possuem a forma de mercadorias na medida em que possuem dupla forma: natural e valor*” (MARX, 2013, p. 124).

Assim, a Vale S/A investe no comércio de créditos de carbono, por exemplo, negociado nas principais bolsas de valores em nome do desenvolvimento sustentável, ainda que estes créditos sejam negociados com base na exploração de carvão mineral, fato este que permite o acréscimo de mais valor a mercadoria carvão mineral, ou seja, o desenvolvimento sustentável é a mola propulsora da maior mercantilização desse recurso natural estratégico. Esse processo de intensificação da mercantilização da natureza via desenvolvimento sustentável gera uma aceleração pela apropriação, transformação, organização e distribuição dos fatores de produção – matérias primas. Isso, porque o capitalista ao investir seu dinheiro inicial deseja um retorno acrescido de valor ( $D - M - D'$ ). Esta é a fórmula geral que, de acordo com Marx (2013), permite transformar dinheiro em capital.

Todavia, a dinâmica acumulativa no modo de produção capitalista não implica apenas a produção de mercadorias e valor de troca. A realização dos fenômenos sociais personifica-se sob os alicerces do meio técnico-científico-informacional no qual a ciência, a tecnologia e a informação se constituíram nas mais marcantes forças produtivas (MOREIRA, 2007), de modo que o ser humano passou a ter o poder de induzir os progressos técnicos e imprimir intensa velocidade estabelecendo poder de interferência nas matérias. Portanto, o como, nossa segunda proposição, se apresenta pela necessidade de circulação do capital produtivo que, como salienta Marx (2014), representa um estágio do processo total do modo de produção capitalista, o qual se revela como unidade de circulação (MARX, 2014).

Sob o capitalismo, consideramos que as ações para a personificação do capital devem ser entendidas sob este aspecto, a interação entre os fixos e fluxos que permitem a circulação, e não restritas somente a produção e consumo. Marx (2014) é enfático sobre a importância da circulação. O mais valor só se realiza quando a forma dinheiro é reincorporada pelo capital. Isso é condição para um novo ciclo, fato que subjaz à assertiva de que, no processo acumulativo, “[...] *a circulação não é menos necessária do que a própria produção*” (MARX, 2014, p. 206). E isso é tanto mais verdade quanto mais distantes entre si se mostram as conversões  $D - M$ .

Considerando a dinâmica e as exigências do capital, referindo-se ao comércio e a circulação, Marx (2011) escreveu que o comércio: “[...] *não aparece mais aqui como uma função operando entre as produções autônomas para a troca do seu excedente, mas como pressuposto e momento essencialmente universais da própria produção*” (MARX, 2011, p. 332). Portanto, a criação de condições físicas fixas, é condição de manutenção da fluidez da dinâmica acumulativa.

Essa não prescinde do crescimento da demanda efetiva e o alcance de mercados distantes e os transportes são instrumentos estratégicos do modo de produção capitalista. Assinale-se que, como suportes da circulação, estes meios influenciam a produção das estruturas espaciais e territoriais, deste, consideramos a importância com que Correa (2005) situa as práticas espaciais em escala e abrangência crescentes no vértice das relações entre a teoria da acumulação e a produção de estruturas espaciais ou da organização territorial.

Karl Marx, no livro II (MARX, 2014), dedica-se a fluidez de capital. Daí o relevo liminarmente conferido às metamorfoses nos diferentes estágios que integram o circuito que descrevemos a partir da fórmula geral do ciclo produtivo do capital elaborada por Marx (2014):

$$P... M - D' - M' ...$$

Onde lemos, P... significa produção e interrupção do movimento capital dinheiro, M – D' – M' significa consumo e retomada do movimento do capital dinheiro possibilitando nova produção ...P e, nesse aspecto, as matérias de potencial energético possuem contribuição fundamental no processo produtivo, ou seja, a retomada do movimento do capital dinheiro tem que ser acelerada para garantir constantemente a recuperação de mais valia, a transformação de M – M'.

Este atributo – necessidade de circulação – alça determinadas matérias primas ao ápice dos elementos indispensáveis ao funcionamento do modo de produção capitalista. Daí a necessidade de demonstrarmos sua formulação. Mas sua importância vai além, pois integram igualmente o que Marx (2014) denomina capital constante circulante, referindo ao valor de “[...] *materiais de produção, tais como matérias-primas [...]*” (MARX, 2014, p. 499). Os recursos naturais são “[...] *matérias auxiliares, que ou são consumidos pelos próprios meios de trabalho durante seu funcionamento, tal como o carvão pela máquina a vapor, ou apenas auxiliam no processo [...]*” (MARX, 2014, p. 241), ou seja, energia necessária à produção e circulação.

### **3. A Vale S/A e os impactos do megaprojeto de extração de carvão mineral em Moatize, distrito de Tete, Moçambique**

A compreensão dos fatos realizados pela Vale S/A que envolvem o tema tem significação contundente quando se aborda questões relativas ao neoextrativismo e impactos territoriais, pois consideramos que as dinâmicas territoriais condicionantes que incidem sobre distintas áreas modificam as formas produzidas por forças econômicas e políticas (SANTOS, 2003) especialmente consubstanciadas por meio de um processo dominante denominado trunfo do poder, o domínio da população e do território: “*O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e as coisas*” (RAFFESTIN, 1993, p. 20).

O que importa nesse ponto é destacar a influência da Vale S/A que, atendendo e atenta a exigências de mercado, na reestruturação da geografia dos fluxos e fixos econômicos que comportam a mobilidade e centralidade de capital, que altera configurações territoriais ao submeter governos a suas recomendações. Isto porque consideramos que os basilares instrumentos econômicos e políticos de regulação internacional encontram-se em poder das multinacionais pela sua capacidade de controlar governos de acordo com a lógica desenvolvimentista neoliberal (DARDOT; LAVAL; 2016).

Desse modo, levamos em consideração que os recursos naturais estratégicos distribuem-se pelo globo de maneira desigual e sua presença em forma bruta – matéria – em determinado território constitui, na lógica neoliberal, fator de desenvolvimento, sendo que, para a concretização de megaprojetos mineradores, como o de Moatize, é necessária a criação de uma infraestrutura adequada, o que implica investimentos maciços, nem sempre realizáveis, em prol do desenvolvimento.

A temática do desenvolvimento vem sendo estudada desde a década de 1950 pelo seu par contraditório, ou seja, o subdesenvolvimento. A Geopolítica incorpora esta temática, principalmente, com Yves Lacoste e seu livro *“Os países subdesenvolvidos”*, nessa obra, o autor dedica atenção a questões coloniais e seus impactos no subdesenvolvimento de países africanos. Lacoste (1975) rejeita, parcialmente, que apenas fome e miséria sejam critérios suficientes para classificar países como subdesenvolvidos:

Se a fome e a pobreza afetam grande parte da população dos países subdesenvolvidos, estes dois fatos, apenas, apesar de sua gravidade, não são suficientes para caracterizar o subdesenvolvimento. De fato, a consideração desses critérios somente levaria a se encarar o subdesenvolvimento como realidade sem dúvida tão velha quanto a Humanidade (LACOSTE, 1975, p. 7).

Essa rejeição da fome e da miséria como constitutivos fundamentais do subdesenvolvimento permite que Lacoste (1975) evite o anacronismo de transpor uma particularidade da desigualdade do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista historicamente determinado como subdesenvolvimento, para a totalidade geograficamente entendida como resultante de eventos históricos. No entanto, isto fará com que esse geógrafo adote como sintomático outros critérios, não menos problemáticos, com destaque, de nossa parte, para a questão energética. Para Lacoste (1975):

O quociente de consumo energético é um bom critério do nível de industrialização. Enquanto mais de 8 t de equivalente carbonífero (ou seja: carvão + petróleo + gás + hidroelectricidade, expressos em seu equivalente calorífico em carvão) são utilizados por habitante anualmente na América do Norte e mais de 2,4 t em média na Europa ocidental, o conjunto da América Latina só consome 600 kg por habitante anualmente, a África 320 kg e a Ásia 200 kg (150 kg na Índia). Da mesma maneira, na sua grande maioria, os países subdesenvolvidos utilizam menos de 100 kg de aço por ano e por pessoa (Chile, 54 kg; Marrocos, 19; Irã, 16; Índia, 12; Ceilão, 6; Bolívia, 1,7) e na maior parte dos casos trata-se de metal importado (LACOSTE, 1975, p. 47).

Consideramos que é sob esse prisma que Yves Lacoste buscará precisar os fatos e condições básicas que constituem e tornam o subdesenvolvimento materialidade, e, este fato nos permite ir além do debate sobre os constructos teóricos do conceito de subdesenvolvimento e dedicar atenção a questão energética, isto porque:

Na maior parte do Terceiro Mundo as realidades são diferentes. Índices e médias não dão uma ideia justa, pois a utilização da energia e dos produtos metalúrgicos, por exemplo, é extremamente concentrada, tanto de um ponto de vista espacial como econômico e social. Num país desenvolvido, o conjunto da população utiliza a energia para fins produtivos ou não, e os diversos setores da economia são consumidores de energia, de metal e outros produtos industriais. Mas nos países subdesenvolvidos uma grande parte da população não tem a sua disposição senão as suas próprias forças

musculares ou a dos animais domésticos e não utiliza matérias industriais nas suas atividades produtivas. Por outro lado, existe uma minoria que dispõe de relativamente grandes quantidades de energia para produzir ou para aumentar seu bem-estar nos países subdesenvolvidos, a utilização da energia a título individual ou doméstico é essencialmente um fato restrito às classes afortunadas. A maior parte dos produtos energéticos e industriais é utilizada nas grandes cidades, nos principais eixos de circulação e nas grandes empresas industriais. (LACOSTE, 1975, p. 48).

A dinâmica na qual está inserido o processo de reprodução e acumulação de capitais depende da energia enquanto elemento central. Parte-se do pressuposto de que as empresas mineradoras do setor energético trazem o ideário de progresso e desenvolvimento, participando da implantação da infraestrutura necessária para os processos produtivos e concomitante normatização do território para que este adquira a feição de recurso. Contudo, esse processo também amplia as contradições que se observam mais nitidamente em países periféricos. Tais considerações dialogam com as contribuições de David Harvey, sobretudo em seu livro “*O Novo Imperialismo*” (HARVEY, 2012).

A introdução de megaprojetos em territórios considerados periféricos, ou ainda não explorados, consiste em um mecanismo neutralizador para as contradições do sistema econômico. Territórios momentaneamente reservados, enquanto recurso, ao movimento contínuo de expansão do capital. Esse conceito aproxima-se daquele de território normatizado.

Para Harvey (2012), esse é um mecanismo de defesa do modo de produção capitalista e é considerado como novo imperialismo, pois este sistema se beneficia do crescimento da economia capitalista em detrimento a aspectos sociais e naturais, pois, conforme escreveu Marx (2011) a lógica acumulativa e expansionista deste modo de produção depende destas duas forças para se reproduzir, nessa lógica, consideramos impossível a existência de um modelo de desenvolvimento que possa ser, ao mesmo tempo, capitalista e sustentável (WHITACKER, 2017) principalmente quando promovido e apregoado por multinacionais mineradoras e seus megaprojetos neoextrativistas, como a que definimos como objeto de estudo, a Vale S/A.

A implementação de megaprojetos mineradores em territórios ainda inexplorados pelas frentes de expansão do capital, não significa que a economia está desempenhando um papel em nome do desenvolvimento sustentável. Trata-se, antes de mais nada, de estratégias para superar contradições internas ao movimento de formação-acumulação-expansão de capitais tendo em vista determinado modelo de desenvolvimento que revela os territórios, unicamente, como recurso. Nesse contexto, em Moçambique, desde a década de 2000, tem sido registrado um acréscimo vultoso de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) e, este fato, posicionou economicamente o país no sistema internacional de crédito, ainda que este desempenho represente uma concentração de capitais em uma pequena parcela da elite moçambicana (BRUNA, 2017; CATSOSSA, 2017).

As ações das multinacionais mineradoras potencializam a dinâmica territorial neoextrativista ao priorizar relações econômicas voltadas à produção de commodities minerais. Assim, aqueles territórios historicamente povoados pelos camponeses moçambicanos, sobre tudo na província de Tete, perdem suas características iniciais e os agentes, agora hegemônicos pelas relações de poder, tem suas atividades sociais e econômicas alteradas pela atividade neoextrativista. Se, anteriormente, se dedicavam a práticas agrícolas, a pesca e a produção artesanal de tijolos, agora, não lhes resta mais esperança:

[...] não temos mais nada... não temos mais machamba, o rio fica muito longe... não temos mais condições de enfrentar a Vale... foram muitas pessoas presas e torturadas... agora, aqui, nós acordamos, sentamos e esperamos morrer, é isso que fazemos todos os dias” (Depoimento no reassentamento 25 de setembro. Trabalho de campo, agosto de 2018).

A presença de megaprojetos em Moçambique está centrada no setor mineiro- energético e na extração de recursos naturais estratégicos destinados a exportação (CASTEL-BRANCO, 2008). Deste modo, pressupõe-se que o neoextrativismo constitui uma força motriz para o IED e incremento da economia moçambicana (MOSCA, 2012). A década de 2000 marcou o acirramento do neoextrativismo e inserção de multinacionais em Moçambique, conforme a tabela 1.

Tabela 1: Evolução de contratos

Multinacional	Ano de Contrato	Objeto de Contrato
<b>Sasol Petroleum Mozambique Limitada</b>	2000	Contrato de Partilha de Produção de Petróleo
<b>Kenmare Momam Mining Ltd</b>	2002	Prospecção, Pesquisa, Desenvolvimento e Produção de Minerais Pesados
<b>Vale S/A</b>	2004	Concessão Mineira da Mina de Moatize
<b>Sasol Petroleum Sofala Limitada</b>	2005	Pesquisa e Produção de Petróleo
<b>Anadarko Moçambique Limitada</b>	2006	Pesquisa e Produção de Petróleo
<b>Eni East África SpA</b>	2006	Pesquisa e produção de petróleo
<b>Artumas Moçambique Petróleos</b>	2007	Pesquisa e Produção de Petróleo
<b>Petronas Carigali Overseas</b>	2008	Pesquisa e Produção de Petróleo
<b>Riversdale Moçambique Limitada</b>	2009	Concessão Mineira da Mina de Benga – Moatize
<b>Sasol Mozambique Exploration Limitada</b>	2010	Pesquisa e Produção de Petróleo
<b>Minas Moatize Limitada</b>	2013	Concessão Mineira

Fonte: Bihale, 2016

Organizador: Guilherme Magon Whitacker, 2018

Todo este processo, que está incluso na lógica maior da dinâmica expansionista neoliberal que, em nosso estudo é materializada pelo neoextrativismo, resultado da produção de commodities minerais, geograficamente pode ser entendido como um processo de apropriação territorial multidimensional e multiescalar gerando uma nova forma de uso dos territórios a partir da mobilidade espacial de capitais estrangeiros e, este processo encontra materialidade em Moçambique. Dentre as multinacionais que operam atividades neoextrativistas e promoveram a alteração nos usos dos territórios, destacam-se as seguintes:

Tabela 2: Principais multinacionais neoextrativistas presentes em Moçambique na atualidade

Razão Social	Origem do Capital	Subsidiária	Commodity
<b>Anadarko Petroleum Corporation</b>	EUA	Anadarko Moçambique	Gás Natural
<b>Ente Nazionale Idrocarburi</b>	Itália	Eni East Africa	Petróleo e Gás Natural
<b>Sasol Petroleum International</b>	África do Sul	Sasol Petroleum Lda	Gás Natural
<b>Kenmare Resources</b>	Irlanda	Kenmare Moma Mining	Grafite; Areias Pesadas; Titânio; Ilmenita; Rutilo; Zircão

Vale S/A	Brasil	Vale Moçambique	Carvão
OP Jindal Group	EUA	Jindal África	Aço; Carvão; Petróleo e Gás Natural
Consórcio; SAIL; Coal Índia Limited; RINL; NMDC e NTPC	Índia	International Coal Ventures Private Limited	Carvão

Fonte: Bihale, 2016

Organização: Guilherme Magon Whitacker, 2018

Portanto, a dinâmica territorial resultante do neoextrativismo, do ponto de vista geográfico da lógica espacial e territorial do capitalismo, intensifica a exploração das condições sociais e naturais desiguais sob as quais ocorre a acumulação de capitais, aproveitando-se da dialética inerente a este modo de produção – criação, destruição e recriação de novos espaços para sua própria reprodução – que, histórica e geograficamente, resultam em desigualdades.

Assim sendo, o processo de acumulação primitiva adquire novas formas e segue seu curso intensificando a acumulação por espoliação (HARVEY, 2011) pela transferência espaço-temporal de IED a fim de garantir a acumulação e reprodução do modo de produção capitalista e, este processo, altera e determina relações não somente entre distintos territórios moçambicanos, mas também, entre países periféricos e centrais, pois, a mobilidade espacial e territorial de capitais que a atividade neoextrativista proporciona intensifica a descentralização da produção e a incorporação gradativa de países periféricos na economia mundial por meio de redes logísticas que permitem a intensificação de ações que ocasionam a separação entre o lugar de extração da matéria prima, transformação dessa em recurso natural estratégico e lugar de consumo.

Em Moatize verificamos, *in loco*, que a Vale S/A tem se apresentado como força hegemônica pela intensificação de sua territorialidade a partir da produção de commodities, este fato tem ocasionado a redução da produção de alimentos, perda da diversidade cultural, deterioração de recursos naturais, intensificação da pobreza rural, e, até mesmo, a sensação de terror entre as comunidades camponesas reassentadas para a implementação do megaprojeto, além de outros impactos negativos, o que intensifica a questão em torno do uso dos territórios em Moçambique.

As ações neoextrativistas da Vale S/A potencializam a dinâmica territorial do neoliberalismo ao priorizar relações econômicas voltadas à produção de commodities minerais tendo em vistas a produção energética e, conseqüentemente, fortalecem o enfraquecimento da soberania moçambicana, reforçando a dependência econômica dos países periféricos aos do centro do capitalismo. Conforme Gudynas (2012), a dependência dos mercados globais se acentua e, em Moçambique, o Estado apoia os empreendimentos da Vale S/A a partir do pensamento neoliberal. “A Vale, aqui, é o governo” (Morador do assentamento 25 de setembro, Trabalho de campo, 2018).

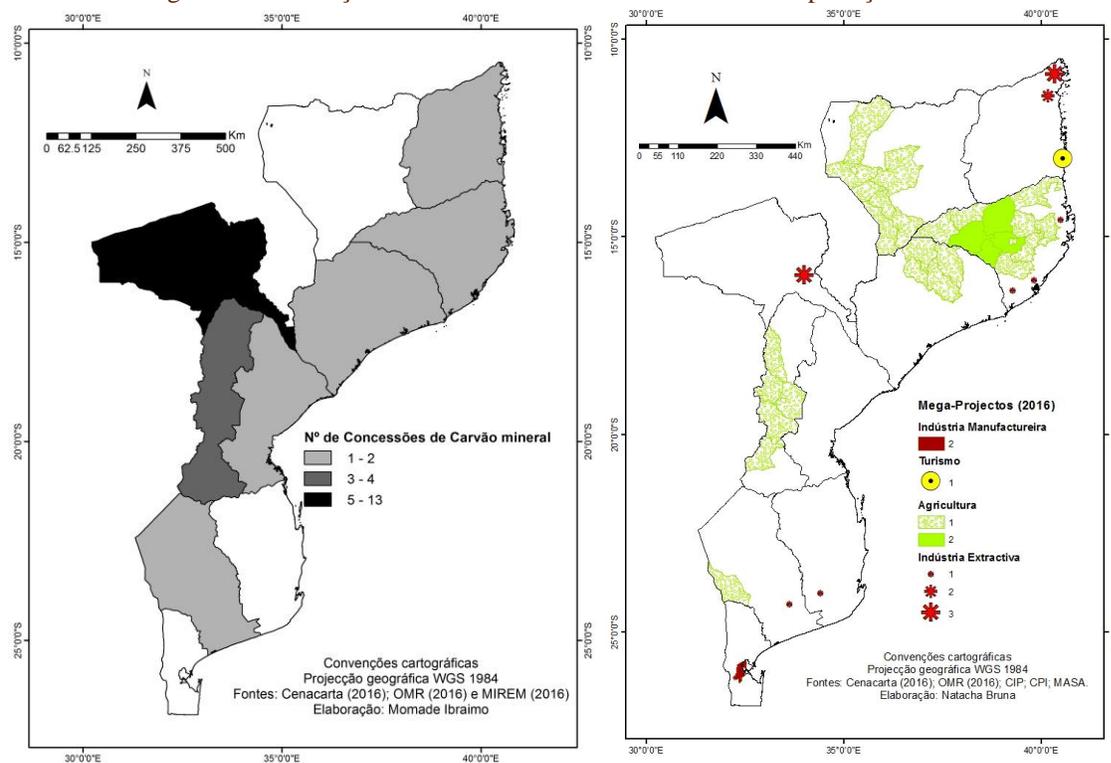
Diante destes fatos, que revelam a intensificação da mercantilização da natureza na forma do neoextrativismo, conceitos como imperialismo e acumulação por espoliação se correlacionam e permitem estudos que tornem explícita a contradição entre a manutenção sociometabólica na relação entre a sociedade e a natureza quando examinada a partir da dinâmica territorial e questionando o conceito mainstream do desenvolvimento sustentável.

As atividades mineradoras da Vale S/A em Moatize propiciam o estudo geográfico a partir do método materialista dialético e histórico de dimensões econômicas, políticas e de relações de poder pelo reconhecimento dos impactos negativos sobre a sociedade e a natureza forjando o desenvolvimento desigual e combinado dos, e nos, territórios a partir da produção de

commodities, o que demonstra a contrariedade sobre o desenvolvimento sustentável proposto pela Vale S/A que, indo ao encontro de iniciativas empresariais, massifica a disseminação de informações de que sua missão é: “*Transformar recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável*” (VALE, 2017, p. 3). E, por meio deste argumento central, transmite a ideia de “*Ser a empresa de recursos naturais global número um em criação de valor de longo prazo com excelência, paixão pelas pessoas e pelo planeta*” (VALE, 2017, p. 3). Dessa forma, o desenvolvimento sustentável é utilizado como mecanismo ideológico econômico e político voltado a reprodução do modo de produção capitalista.

A materialidade de tais processos é verificada no Norte de Moçambique, província de Tete, distrito de Moatize. De acordo com o estudo Atlas Agrário de Moçambique (INÉDITO) realizado em conjunto com pesquisadores do Observatório do Meio Rural (OMR) de Moçambique e do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) da Unesp de Presidente Prudente-SP, esta província é uma das maiores produtoras de feijão, mexoeira, milho, peixe de água doce, carne suína, batata doce e outros gêneros alimentícios produzidos por meio de práticas camponesas que estão sendo ameaçados pela atividade neoeextrativista de carvão da empresa Vale S/A. Nesta província identificamos nosso objeto de estudo, o projeto de carvão Moatize.

Figura 1: Localização da Província de Tete e concessões de exploração de carvão mineral



Fonte: Atlas Agrário de Moçambique (INÉDITO)

Este empreendimento teve início em 2011 e consiste na exploração de carvão mineral a céu aberto – 2ª maior mina do mundo com esta forma de exploração – com uma capacidade de produção de 11 Milhões de toneladas ao ano (m/t/a), sendo 8,5 m/t/a de carvão siderúrgico e 2,5 m/t/a de carvão térmico (VALE, 2015). Na figura 1 podemos identificar a área de estudo, província de Tete (destaque para o número de concessões de exploração de carvão, em tom escuro),

e a localização do megaprojeto neoextrativista de carvão de Moatize (destaque em vermelho, no interior da província de Tete), destaca-se ainda que Moçambique possui uma das maiores reservas deste recurso natural do mundo. Localizada na província de Tete, ao longo do vale do rio Zambeze, a bacia carbonífera de Moatize possui uma reserva de carvão mineral com estimativa de 350.000.000 a 400.000.000 toneladas de capacidade de extração (SELEMANE, 2009).

Já na década de 2000 o governo moçambicano, movido por interesses econômicos alinhados às estratégias neoliberais adotadas através da resolução 24/2000, elencou como uma das prioridades nacionais a revitalização das minas de carvão de Moatize e abriu licitação internacional para o direito de exploração de áreas localizadas na bacia carbonífera de Moatize.

Desta licitação a Vale S/A sagrou-se vencedora e realizou estudos de prospecção e viabilidade econômica para a instalação da mina de extração de carvão mineral a céu aberto numa área de 23.780 hectares em Moatize (MOÇAMBIQUE, 2007). Rossi (2015) demonstrou que a Vale S/A contou com o empenho do governo brasileiro para obter a vitória na concorrência internacional pela concessão da mina de carvão em Moatize, incluindo o perdão da dívida de Moçambique com o Brasil, prometido por Fernando Henrique Cardoso e materializado no governo de Luis Inácio Lula da Silva. O contrato para explorar carvão por 25 anos (renováveis por mais 25) foi assinado, em junho de 2007, no mandato do presidente Armando Guebuza (2005 – 2015), favorecendo a empresa brasileira com uma série de isenções tributárias. Neste contexto estão inclusos os fortes processos de relação internacional que foram intensificados a partir do governo de Luis Inácio Lula da Silva.

De acordo com Selemane (2009) o investimento da empresa Vale S/A no país para a realização do projeto foi de mais de US\$ 1,2 bilhão de capital estrangeiro concentrado para a produção de carvão mineral. Estes fatos permitem que situemos o megaprojeto de carvão Moatize no rol dos megaprojetos de mineração, isto porque, de acordo com Castel-Branco (2008) a definição de megaprojetos remete a atividades empresariais com investimentos acima de US\$ 500.000,00; ser de capital intensivo; concentrar suas atividades em mineração e potencial energético e ser dominado pelo capital internacional.

Assim, a empresa Vale S/A deu início aos investimentos e instituiu a Vale Moçambique Ltda., em 2011, como subsidiária para atuação no complexo mineiro de carvão na bacia de Moatize, que contempla a logística do corredor logístico de Nacala, empreendimento voltado ao escoamento para a exportação de carvão para países da Europa, Ásia e Américas (VALE, 2017) no percurso Tete – Nacala. Trata-se de infraestrutura ferroviária que comporta a recuperação 692 km de ferrovia em Moçambique, passando por Malawi, e construção de 230 km de novas ferrovias para a conexão de Moatize ao terminal marítimo de Velha Nacala, se tornando a primeira empresa a ter concedida licença de exploração de carvão das grandes reservas da bacia carbonífera de Moatize, iniciando a exploração em mina a céu aberto.

É neste âmbito que entre 2007 e 2010, enquanto procedia à implantação, que a empresa levou a cabo o cadastramento e deslocamento compulsório de populações abrangidas na área das atividades da empresa e, deste modo, parte da população próxima às instalações da mina ficou isolada e privada tanto do uso do território assim como das dimensões de sociabilidade ali criadas desencadeando resistência e contestação em relação à presença da Vale S.A. em Moatize.

De 2009, quando a primeira mina de carvão a céu aberto começou a ser construída, à inauguração do corredor logístico de Nacala, cerca de 3.000 famílias foram desterritorializadas pela companhia (ROSSI, 2015). Esse processo é denominado pela Vale S/A de remoção involuntária e, constatamos, que existe grandes diferenças entre o que foi acordado entre as partes, os materiais divulgados pela empresa e as reais condições de vida das comunidades deslocadas.

Depois de tudo que nos foi prometido... estamos aqui desde 2011 e olha pra esse lugar... não tem nada, nada. As casas estão caindo, a terra não planta nada... quando estávamos lá a gente pescava, fazia tijolo pra vender na cidade, tinha a nossa machamba... agora, dependemos de um pouco de farinha pra fazer a micha e de folhas de mandioca pra mataba... e é isso, é assim que vivemos (Morador do assentamento Cateme, trabalho de campo, 2018).

Os reassentamentos populacionais orientados pela empresa Vale S/A, realizados entre os meses de novembro de 2009 e abril de 2010, foram concretizados pela referida empresa em parceria com o governo moçambicano que definiu os locais para a construção desses através de uma lista de localidades propostas pela empresa e aceita pelo governo sendo que, não houve, no decorrer desse processo de definição, participação das comunidades na decisão das áreas onde seriam feitos os assentamentos e nem na forma com que esses deveriam ser consolidados.

Como eles conseguiram isso? Enganado as comunidades... seis meses antes de assinarem o contrato com o governo, vinham caminhões carregados de bebidas, quase todos os dias, e drogavam as pessoas... assim eles iam enganando elas e faziam elas assinarem qualquer pedaço de papel que depois eles escreviam qualquer coisa. Desde que começou essa ideia de reassentamento nunca teve nenhuma conversa séria com as comunidades. Eu acompanhei isso tudo (Membro de associação de apoio aos camponeses, trabalho de campo, 2018).

Além dessas questões que dizem respeito especificamente ao processo de desterritorialização e reterritorialização criados pela Vale S/A, Mosca (2012) e Selemane (2011) escreveram sobre outras determinações, tais como: migração crescente para a região de Tete promovendo um crescimento populacional que não tem rebatimento na oferta de moradias, infraestrutura e serviços básicos para atender essa população que migra na busca de melhores condições de vida; crescimento da inflação, principalmente sobre produtos básicos da alimentação, como milho, feijão e legumes, promovendo um aumento da fome e impedindo a subsistência na região e promoção de casos de pobreza extrema, decorrente da grande número de mão de obra não qualificada desempregada.

A presença da empresa em Moçambique passou a ser vista como um fator estratégico de cooperação entre o Brasil e Moçambique, conotado como elemento agregador de novas sinergias no estabelecimento de uma cooperação, a princípio, não fosse opressiva, baseada em vantagens mútuas e valores compartilhados. Deste modo, “[...] *os recursos minerais assumiram um papel de relevo, com o arranque de megaprojetos como são os casos do início da produção de gás natural, carvão e areias pesadas*” (CASTEL-BRANCO, 2009, p. 8). Com investimento total de US\$ 8,5 bilhões, equivalentes a 60% do PIB do país africano, o projeto de carvão Moatize, é visto, hoje, como uma grande promessa frustrada de melhoria de vida da população.

## **Conclusões**

Apresentamos um estudo inicial e significativo sobre a prática econômica neoextrativista baseada na exploração de grandes volumes de recursos naturais frequentemente comercializados no mercado externo na forma de commodities minerais voltadas a produção energética. Contemplamos, assim, a compreensão geográfica da ordem econômica e política de tendência

mundializante, cujas formas têm assumido padrões de funcionamento e de racionalização técnica articulada a lógica territorial de expansão e acumulação de capitais e, deste modo, entendemos que, na perspectiva da mundialização do modo de produção capitalista o conceito de desenvolvimento sustentável é usado ideologicamente como instrumento de controle social para subordinar governos e comunidades rurais aos modelos de desenvolvimento neoextrativistas

O estudo do *neoextrativismo* associado ao *desenvolvimento sustentável* permitiu constatar que esta proposta desenvolvimentista vem sendo utilizada como forma de reprodução de capitais, neste contexto, verificamos que a Vale S/A, em seu megaprojeto de mineração, faz uso do conceito de desenvolvimento sustentável para mascarar os impactos negativos do neoextrativismo intensificando alterações legais e institucionais necessárias para a introdução da acumulação por espoliação.

Levamos em consideração que a forma como a sociedade produz o espaço no tempo histórico é influenciada por determinadas relações sociais de produção e, sabendo que a Geografia estuda a sociedade através da sua organização espacial que é, também, forma de expressão de relações de poder, o que nos importou neste trabalho foi à possibilidade de relacionar o neoextrativismo com a Geopolítica e pleitear uma Geopolítica dos Recursos Naturais desmistificando o uso do conceito de desenvolvimento sustentável pela Vale S/A e revelando sua essência: incluir territórios não totalmente permeados pelas lógicas e práticas capitalistas aos circuitos de acumulação de capitais; transformar populações camponesas em trabalhadores assalariados ou informais; recursos naturais em commodities; propriedade coletiva em privada e, por meio destes processos, aumentar volatilidade de capitais e garantir sua essência, a produção de mais valor.

## Referencias Bibliográficas

ACOSTA, Alberto. 2011. “Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición”. In Más Allá del Desarrollo, Quito, Equador: Fundación Rosa Luxemburg/Abya Yala.

ARON, Raymond. Paz e guerra entre as nações. 2. ed. Brasília: Ed. da UnB, 2002.

BIHALE, Domingos. Indústria Extractiva em Moçambique: perspectivas para o desenvolvimento do país. Munique: Friedrich Ebert Stiftung, 2016.

BRUNA, Natacha. Economia política da governação: Política económica de controle, manutenção e reprodução de poder. In: Revista NERA nº 38 (20). DOSSIÊ MOÇAMBIQUE. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/issue/view/DOSSI%3%8A%20MO%3%87AMBIQUE>. Acesso em 19/01/2018.

CASTRO, Iná Elias de. Geografia e Política. Território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CASTEL-BRANCO, Carlos N. Os mega projetos em Moçambique: que contributo para a economia nacional. Anais do Fórum da Sociedade Civil sobre Indústria Extrativa. Maputo, 2008.

CATSOSSA, LUCAS Anastácio. O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio. In: Revista NERA nº 38 (20). DOSSIÊ MOÇAMBIQUE. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/issue/view/DOSSI%3%8A%20MO%3%87AMBIQUE>. Acesso em 19/01/2018.

CECEÑA, Ana Esther. Geopolítica. In: SADER, Emir; JINKINGS, Ivana (Org.). Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. 8a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Org.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas, Unicamp. 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. Expressão popular: São Paulo, 2009.

GEORGE, Pierre. Geografia econômica. 3ª ed. DIFEL: São Paulo, 1980.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In: Jürgen Schuldt et al., Extractivismo, política y sociedad. Quito: Centro Andino de Acción Popular e Centro Latino Americano de Ecología Social, 2009.

HARVEY, David. O novo imperialismo. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 2012.

HARVEY, David. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

KLARE, Michael. *The race for what's left: The global scramble for the world's last resources*. New York: Picador, 2012.

LACOSTE, Yves. A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papyrus, 2012.

LACOSTE, Yves. Geografia do subdesenvolvimento. 4ª ed. São Paulo: DIFEL, 1975.

LE PRESTRE, Philippe. *Ecopolítica Internacional*. São Paulo: Ed. Senac, 2a ed., 2005.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro II. O processo de circulação do capital*. Boitempo: São Paulo, 2014.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro I. O processo de produção do capital*. Boitempo: São Paulo, 2013.

MARX Karl. *Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858, esboços da crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011.

MEADOWS, Donnela; MEADOWS, Dennis; RANDERS, Jorgen; BEHRENS III, Willian. *Limites do Crescimento: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

MOREIRA, Ruy. *Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico*. São Paulo: Contexto, 2007.

MOSCA, João. *Mega-projectos no meio rural, desenvolvimento do território e pobreza: o caso de Tete*. Maputo: IESE, 2012.

PEET, Richard. *Imaginários de desenvolvimento*. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio César. *Geografia agrária: teoria e poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MOÇAMBIQUE, República de. *Contrato mineiro relativo à concessão mineira da mina de carvão de Moatize entre o Governo da República de Moçambique e a Rio Doce Moçambique, Limitada*. Maputo, junho. 2007.

RAFESTTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Gian Carlo Delgado. *La gran minería en América Latina, impactos e implicaciones*. *Acta Sociológica*, Cidade do México, v. 54, p.17-47, jan./abr. 2010.

ROSSI, Amanda. *Moçambique: o Brasil é aqui. Uma investigação sobre os negócios brasileiros na África*. Cultura: São Paulo, 2015.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. 4a ed. 5a reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton. *Economia espacial: críticas e alternativas*. 2a ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SANTOS, Milton. *O papel ativo da Geografia. Um manifesto*. *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano V, nº 9, pp. 103-109, julho / dezembro. 2000.

SELEMANE, Tomás. Alguns desafios da indústria extractiva em Moçambique. CIP, Maputo, 2009.

SENHORAS, Elói Martins; MOREIRA, Fabiano; VITTE, Claudete de Castro Silva. A agenda exploratória de recursos naturais na América do Sul: da empiria à teorização geoestratégica de assimetrias nas relações internacionais. Selected works. January 2009. Disponível em: <http://works.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=1122&context=eloi>

SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual. Natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

SMITH, Neil. Nature as accumulation strategy. 2009. Disponível em: <http://neil-smith.net/wpcontent/uploads/2009/10/nature-as-accumulation-strategy.pdf>. Acesso em: 23/04/2016.

VALE. Relatório de sustentabilidade 2017. Disponível em: [www.vali.com.br](http://www.vali.com.br), acesso em 23/08/2017 .

WHITACKER, Guilherme Magon. Desenvolvimento sustentável: decifra-me ou te devoro. Análise sobre o desenvolvimento sustentável no modo de produção capitalista. Tese. 332f. Unesp. Presidente Prudente SP. 2017. Disponível em: [http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/150194/whitacker\\_gm\\_dr\\_prud.pdf?sequence=3&isallowed=y](http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/150194/whitacker_gm_dr_prud.pdf?sequence=3&isallowed=y). Acesso em 02/03/2018.

WHITACKER, Guilherme Magon. Território e poder: apropriação, uso e controle de recursos naturais e a irreformabilidade do modo de produção capitalista. Biblio3W REVISTA BIBLIOGRÁFICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9796. Depósito Legal: B. 21.742-98 Vol. XX, núm. 1.135. 15 de octubre de 2015. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1135.pdf>. Acesso em 23/08/2016.



[gwhitacker@gmail.com](mailto:gwhitacker@gmail.com)

## about the author

Possui graduação em Direito pela Universidade do Oeste Paulista UNOESTE (2001). Especialização em Direito Ambiental pela Universidade Federal de Pelotas - RS - UFPel (2003). Curso técnico em meio ambiente pelo SENAC de Presidente Prudente (2006). Mestrado em Geografia pela UNESP (2012). Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista - Presidente Prudente-SP (2017) com estágio sanduíche na Universidade de Alicante-ES. Atualmente realiza pesquisa de Pós-Doutorado sobre os impactos territoriais do megaprojeto neoextrativista da multinacional Vale S/A em Moatize - Moçambique, no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais - IPPRI - de UNESP de São Paulo no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe. Experiência na área de docência em Direito Ambiental, Direito Agrário, Filosofia do Direito e Introdução ao Estudo do Direito; Pensamento Geográfico, Geografia Agrária e Geopolítica. Atua principalmente nos seguintes temas: capitalismo, desenvolvimento sustentável, políticas públicas, neoextrativismo e processos territoriais. Linha de pesquisa - Desenvolvimento Territorial; área de concentração, Geografia Agrária. Pesquisador vinculado aos seguintes grupos: NERA - Núcleo de estudos, pesquisas e projetos em reforma agrária (UNESP / FCT); Grupo de pesquisa Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial (UNESP / IPPRI); GIECRYAL - Grupo Interdisciplinar de Estudos Críticos y de América Latina (Universidad de Alicante - Departamento de Geografía Humana - Espanha).

